

IRPJ e CSLL das Clínicas Radiológicas em vias de virar Lei

ASSUNTO LEGAL

Desde dezembro de 2007, quando a classe médica foi surpreendida com a edição do Ato Declaratório Interpretativo nº 19 e da Instrução Normativa nº 791/2007, por meio dos quais a Secretaria da Receita Federal do Brasil alterou substancialmente o conceito de serviços hospitalares para fins de apuração do IRPJ e da CSLL das clínicas médicas de radiologia, aumentando a base de cálculo desses tributos, respectivamente, de 8% e 12% para 32% sobre a receita auferida pela pessoa jurídica, o CBR vem, incessantemente, buscando restabelecer o entendimento anterior junto aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

A boa notícia, que resulta da atuação dos representantes do CBR na Câmara dos Deputados em Brasília, vem com a aprovação do texto de conversão da Medida Provisória nº 413/2008 em Lei, no qual foi inserido o artigo 29 que dá nova redação à legislação tributária, conforme abaixo transcrito:

Art. 29. A alínea “a” do inciso III do § 1º do art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. A base de cálculo do imposto, em cada mês, será determinada mediante a aplicação do percentual de oito por cento sobre a receita bruta auferida mensalmente, observado o disposto nos arts. 30 a 35 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

§ 1º Nas seguintes atividades, o percentual de que trata este artigo será de: (...)

III - trinta e dois por cento, para as atividades de:

a) prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, desde que a prestadora destes serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa;

(...)

Assim, de acordo com o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, os prestadores de serviços de imagenologia que estejam organizados sob a forma de sociedade empresária e atendam às determinações das normas administrativas da ANVISA, no caso a RDC 50 tal qual era antes exigido pela Receita Federal, terão o direito, reconhecido por lei, de apurar e recolher os tributos com os coeficientes de presunção de lucro reduzidos.

Em razão do processo legislativo no Congresso Nacional, esse projeto de conversão em lei da MP 413/2008 foi remetido em 07/05/2008 para o Senado Federal, onde, da mesma forma, os representantes do CBR atuarão a fim de que o artigo 29 seja aprovado também por essa Casa.

Após a aprovação do Senado, o texto será sancionado pelo Presidente da República e publicado no Diário Oficial da União, quando, então, entrará em vigor.

Vale lembrar que o Governo Federal tem grande interesse na aprovação da citada Medida Provisória, vez que foi

editada justamente para majorar o IOF e a CSLL devida pelas instituições financeiras, o que foi recebido pela sociedade, no início do ano, como retaliação pela perda da CPMF.

Não obstante todo o trâmite legislativo pelo qual ainda deve passar a conversão em lei da Medida Provisória 413/2008, a aprovação do texto com a inclusão do artigo 29 dá novo fôlego à “batalha” que vem sendo travada há anos entre os médicos radiologistas e a Receita Federal, e faz isso da melhor maneira possível, por meio de edição de Lei, que garantirá a justiça tributária aos contribuintes independentemente do entendimento da fiscalização.

Todavia, não é demais lembrar que, até que seja definitivamente aprovado o texto de conversão da MP 413/2008, o contribuinte deve pautar-se na atual interpretação fiscal para apurar e recolher o IRPJ e a CSLL, uma vez que a nova redação da alínea “a” do inciso III do § 1º do artigo 15 da Lei nº 9.249/96 somente entrará em vigor após sua publicação no Diário Oficial da União, ressalva feita às clínicas que estiverem amparadas por ordem judicial que autorize o cálculo dos tributos com a aplicação dos percentuais reduzidos.

A persistente atuação dos representantes do CBR junto aos Senadores já foi iniciada e as nossas expectativas são as melhores possíveis quanto ao resultado positivo.

Dra. Adriana Franco de Souza é advogada da área tributária do escritório que presta assessoria jurídica ao CBR